

Fabio Resende Leal

RECURSO ESPECIAL

Teoria e Prática

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	<i>CIVIL LAW</i> E <i>COMMON LAW</i>: DIFERENÇAS, SEMELHANÇAS E REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO	21
2.1	FAMÍLIAS DE DIREITOS	21
2.2	ORIGENS	22
2.3	TRADIÇÃO ROMANÍSTICA: O DIREITO EUROPEU CONTINENTAL	24
2.4	TRADIÇÃO ANGLO-SAXÃ: O DIREITO INGLÊS E O DIREITO ESTADUNIDENSE	33
2.5	<i>CIVIL LAW</i> E <i>COMMON LAW</i> NA CONTEMPORANEIDADE: PONTOS DE CONTATO E REFLEXOS NO DIREITO BRASILEIRO	41
3	EVOLUÇÃO POLÍTICA E LEGISLATIVA DO SISTEMA RECURSAL-PRECEDENTALISTA BRASILEIRO: DOS ASSENTOS ÀS TESES JURÍDICAS VINCULANTES FIXADAS EM RECURSOS REPETITIVOS	45
3.1	ORDENAÇÕES DO REINO	45
3.2	CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL (1824) E REGULAMENTO 737 (1850)	51
3.3	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO PROCESSO CIVIL (1876) E CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1891)	54
3.4	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1934)	61
3.5	CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1937)	63
3.6	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939	65

3.7	CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1946) E EMENDA CONSTITUCIONAL 16/1965.....	68
3.8	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967, ATO INSTITUCIONAL 6/1969 E EMENDA CONSTITUCIONAL 1/1969.....	73
3.9	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (ANTEPROJETO E REDAÇÃO ORIGINAL).....	77
3.10	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	80
3.11	EMENDA CONSTITUCIONAL 3/1993 E PRIMEIRAS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	85
3.12	EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004 E ÚLTIMAS REFORMAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	89
4	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	97
4.1	ANTEPROJETO, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PSL 166/2010 (COMISSÃO DE JURISTAS E SENADO FEDERAL) E PL 8.046/2010 (CÂMARA DOS DEPUTADOS).....	97
4.2	LEIS 13.105/2015 E 13.256/2016.....	105
4.3	TENTATIVA DE IMPOR OBEDIÊNCIA AOS PRECEDENTES....	107
4.4	CONCEITOS DE PRECEDENTE, JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA..	113
4.5	<i>RATIO DECIDENDI</i> E TESE JURÍDICA.....	122
4.6	COMPATIBILIDADE, <i>DISTINGUISHING</i> E <i>OVERRULING</i>	135
4.7	VINCULAÇÃO E TRANSCENDÊNCIA.....	147
4.7.1	Pronunciamento Judicial como Norma Jurídica.....	147
4.7.2	Vinculação Interna: Efeito Vinculante Vertical e Horizontal no Poder Judiciário.....	153
4.7.3	Vinculação Externa: Subordinação do Poder Executivo e Possibilidade de Insubordinação do Poder Legislativo.....	157
5	RECURSO ESPECIAL.....	169
5.1	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	169
5.1.1	Histórico.....	169
5.1.2	Composição, Ministros, Atribuições e Estatísticas.....	174

5.2	CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL	184
5.2.1	Hipóteses de Admissibilidade	184
5.2.2	Tentativas de Limitação de Acesso por Força da Praxe e Realidade Forense.....	189
5.2.3	Limitação ainda Maior e Estabelecimento de um Sistema mais Complexo (Lei 13.256/2016)	196
5.2.4	Mudanças Constitucionais Imprescindíveis e Inadiáveis	200
5.3	PROCEDIMENTOS	206
5.3.1	Recurso Especial Individualmente Considerado	206
5.3.2	Recursos Especiais Repetitivos.....	209
5.3.3	Agravo em Recurso Especial e Embargos de Divergência	213
5.4	RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL	213
5.5	OBJETIVAÇÃO	236
5.6	RECLAMAÇÃO.....	251
6	PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	257
6.1	PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS 209/2012 (CÂMARA DOS DEPUTADOS) E 10/2017 (SENADO FEDERAL).....	261
6.2	RECONFIGURAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL	266
6.3	LIMITAÇÃO EXPRESSA À ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAIS.....	268
6.4	AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO APROVEITAMENTO DA TESE JURÍDICA RESULTADO DO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL (NÃO NECESSARIAMENTE REPETITIVO) EM CASOS ANÁLOGOS	270
7	CONCLUSÕES.....	273
	REFERÊNCIAS	281
	ÍNDICE REMISSIVO.....	293